

AValiação MULTIDIMENSIONAL DA COMPETITIVIDADE REGIONAL: O CASO DA BEIRA INTERIOR

João Ferreira (jjmf@ubi.pt)

João Leitão (jleitao@ubi.pt)

Mário Raposo (mraposo@ubi.pt)

Universidade da Beira Interior,
Departamento de Gestão e Economia
Covilhã - Portugal

Resumo

A competitividade entendida como sendo a capacidade concorrencial das nações, ao nível global, e das regiões, ao nível local, tem vindo a ser apontada como um factor determinante da sustentabilidade e do desenvolvimento das diferentes unidades espaciais de análise.

Neste artigo apresenta-se uma proposta de modelo de avaliação da capacidade competitiva regional, no sentido de disponibilizar uma base multidimensional de indicadores destinada à avaliação da competitividade de uma região. As dimensões de análise propostas as seguintes: (1) Demográfica; (2) Social; (3) Monetária; e (4) Empresarial.

Para este efeito efectua-se uma avaliação da capacidade competitiva da região da Beira Interior, apresentando um conjunto de indicadores calculados a partir dos dados coligidos no âmbito do Projecto Internacional OBSEREGIO¹, no período compreendido entre 1991 e 2003. Finalmente, apresentam-se as conclusões e as linhas orientadoras para investigações futuras.

Palavras-Chave: Competitividade, Capacidade Competitiva Regional.

¹ OBSEREGIO – Observatório Transfronteiriço de Avaliação do Impacto das Universidades no Tecido Regional. Projecto financiado pelo Programa Europeu INTERREG III – A.

1. Introdução

A problemática da competitividade tem vindo a adquirir nas últimas décadas uma nova centralidade quer no plano académico, envolvendo uma multiplicidade de campos disciplinares, quer no plano de tomada de decisão política independentemente dos níveis (individual, regional, nacional ou internacional) em que essa decisão política seja tomada. Segundo Parente *et al.* (1999) esta nova centralidade decorre de dois fenómenos que se têm vindo a desenvolver paralelamente: o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação e a crescente globalização dos sistemas económicos.

Actualmente, a globalização define um novo pano de fundo da competitividade, onde a capacidade de inovação, o desenvolvimento dos serviços e a qualificação dos recursos humanos adquirem extrema relevância (Lopes, 2001; Santos, 2001; Camagni, 2002). A competitividade constitui, cada vez mais, apesar da relativa ambiguidade e imprecisão do conceito, um referencial prioritário para o desenvolvimento das estratégias concorrenciais de crescimento, ao nível das empresas, independentemente da sua dimensão, e para a reforma das políticas públicas de promoção e desenvolvimento económico (Lira, 2005) independentemente do seu espaço de legitimidade e/ou inserção (nacional, supranacional, regional ou local) ou do seu nível de referência (países avançados, emergentes ou menos desenvolvidos).

Este artigo visa analisar a capacidade competitiva de uma região, mediante a apresentação de uma proposta de um modelo normativo composto por quatro dimensões de análise, seguida da aplicação do mesmo à unidade espacial de análise: região da Beira Interior.

O artigo apresenta a seguinte estrutura: no primeiro item, efectua-se uma síntese às diversas abordagens teóricas à competitividade das regiões. No segundo item, propõe-se um modelo normativo para análise da capacidade competitiva regional. No terceiro item, efectua-se uma aplicação do modelo normativo proposto ao caso da Beira Interior. Finalmente, apresentam-se as conclusões e as linhas para investigações futuras.

2. Abordagens Teóricas da Competitividade ao Nível das Regiões

O termo competitividade tem vindo a ser muito referenciado e discutido na literatura e são muitas as definições e abordagens feitas, mais ou menos controversas. De acordo com o *National Competitiveness Council* (2004), define-se competitividade como a capacidade de obter sucesso nos principais mercados para conferir melhores níveis de vida às populações. Segundo Cohen *et al.* (1984) e Teece *et al.* (1997) a competitividade depende, essencialmente, da produtividade e da capacidade económica de mobilizar os produtos/serviços e as actividades mais produtivas.

A competitividade pode ser analisada a vários níveis: nacional, sectorial, empresarial ou mesmo individual. Porter (1985) estudou a competição mediante a análise competitiva, identificando ferramentas que pudessem tornar as empresas mais lucrativas, tais como o instrumento de diagnóstico da vantagem competitiva – cadeia de valor, bem como o diamante da competitividade nacional (Porter, 1990), constituído por quatro determinantes: condições dos factores; condições da procura; indústrias relacionadas e de suporte; e estratégia, estrutura e rivalidade empresarial. Porter (1990) estabelece, no seu modelo, que a performance competitiva de um país em determinado segmento de actividade depende da capacidade de o ambiente nacional, envolvente dessa actividade, estimular a concorrência, o aperfeiçoamento e a inovação nas empresas. Este modelo não só é válido para explicar a competitividade dos países como também se aplica às regiões (territórios).

Na perspectiva de Porter (1990), a região é encarada como uma unidade orgânica integrada com unidades de conhecimento (universidades, centros de investigação), empresas e unidades de suporte (ligadas à cultura, saúde e qualidade de vida) que funcionam de um modo sistémico e de melhoria permanente, sedimentando e ampliando os factores dinâmicos de competitividade.

Uma economia competitiva comporta, necessariamente, níveis elevados de eficiência e de eficácia, os quais são ambos traduzidos por uma capacidade efectiva de criação de emprego e por uma remuneração adequada dos factores produtivos, isto é, numa capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível de vida médio da população (Porter, 1990). A coesão económica e social, enquanto processo de convergência das

trajectórias regionais no contexto nacional e europeu (Lira, 2005), pressupõe um desenvolvimento coerente e sustentável dos diversos subsistemas regionais. Como tal, a competitividade territorial assume-se como forte condicionador de uma realidade sistémica e multidimensional resultante de processos económicos, sociais e políticos complexos (Lopes, 2001).

Neste sentido, a coesão económica e social, enquanto processo de esbatimento das desigualdades territoriais, encontra-se intrinsecamente relacionada com os factores determinantes da competitividade territorial.

No actual contexto de desenvolvimento competitivo, os sistemas económicos parecem estar confrontados com alguns efeitos contraditórios resultantes de um aparente choque entre a globalização e a territorialização das actividades produtivas (Lopes, 2001). Se, por um lado, se assiste à crescente globalização das actividades económicas, o que implica uma desterritorialização da economia e da sociedade, por outro lado, constata-se que os processos de desenvolvimento económico procuram cada vez mais explorar nichos de vantagens competitivas territorialmente diferenciadas.

A competitividade corresponde à capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões e as nações têm de gerar, quando expostas à concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados (Mateus, 2000).

O conceito de competitividade pressupõe a prossecução de quatro condições básicas (Freire de Sousa, 1999): (i) a capacidade para responder de forma eficaz aos mercados e à competição global; (ii) a existência de mecanismos de livre concorrência; (iii) a sustentabilidade; e (iv) a capacidade em contribuir para a melhoria dos níveis de vida da população.

Se no passado, a competitividade resultava fundamentalmente da exploração de condições naturais (vantagens comparativas), hoje resulta, fundamentalmente, da disponibilidade de um conjunto de outros factores, vantagens competitivas, cujas sinergias potenciem a configuração de um sistema de inovação (Camagni, 2002) o qual é constituído, segundo Lundvall (1992), pelos elementos e relações que interagem na produção, difusão e utilização de um novo conhecimento economicamente viável.

O sistema regional de inovação, entendido como o conjunto das instituições e das relações que num determinado território potenciam o desenvolvimento competitivo da sua base produtiva surge associado ao padrão de especialização económica da região e os factores de competitividade que o sustentam (Rodrigues, 1991), bem como à natureza das relações sociais que aí se estabelecem (Dunford, 1994).

Perspectivar a análise com base no conceito de sistema produtivo regional implica, para Reis (1988), a verificação de alguns pressupostos básicos tais como: a capacidade de acumulação de uma cultura técnica geradora de identidades territoriais e o estabelecimento de relações de interdependência entre as unidades económicas existentes no território. Esta conceptualização induz à valorização das identidades regionais enquanto factor de competitividade assente em processos relacionais de ordem territorial e na mobilização de factores de produção espacialmente inscritos (Reis, 1988).

Assim, a competitividade de uma economia, ao traduzir o esforço continuado de melhoria do desempenho de um sector e/ou região, é afectada por diversos factores interrelacionados, nomeadamente: o investimento, a qualificação dos recursos humanos, a tecnologia, o grau de abertura ao comércio, o enquadramento legislativo, a inovação e a produtividade (Melo *et al.*, 2002). A configuração de um sistema regional de inovação não pode deixar de estar associada a um conjunto de factores que passam pelas características específicas do seu tecido empresarial. Essas características traduzem-se não só no padrão de especialização dominante e nos factores de competitividade que o sustentam, mas também nas estratégias desenvolvidas pelas empresas no sentido de garantir a prossecução dos seus objectivos socioeconómicos.

3. Análise da Competitividade Regional: Uma Proposta de Modelo

3.1. Dimensões de Análise

A competitividade de base territorial ganha assim uma nova relevância, para qual é necessário, entre outros aspectos, adoptar o quadro conceptual, desenvolver metodologias de avaliação dos níveis e trajectórias de competitividade e aprofundar o conhecimento em relação aos factores que a influenciam.

Subsistem muitas incertezas em relação à forma de avaliar a competitividade dos territórios e, uma vez avaliada, às razões que fundamentam as disparidades encontradas. Deste modo, torna-se necessário aprofundar o conhecimento em relação aos factores determinantes da competitividade, bem como a relação com os níveis de competitividade. Mateus (2000) apresenta um instrumento útil na análise destas questões, em que valoriza um conjunto de factores de maior relevância na determinação da competitividade de uma região, designado por pirâmide de competitividade territorial. A base da pirâmide faz referência à noção de eficiência colectiva, articulando as dinâmicas demográficas, do mercado de trabalho, das qualificações e inovação com a densidade das infra-estruturas, o aprofundamento do perfil da especialização e a dinâmica empresarial (comportamentos e maturidade organizacional). Ao nível do topo da pirâmide torna possível a identificação do grau de combinação e substituição entre uma melhor e maior utilização dos recursos humanos.

A dotação e a natureza dos factores produtivos de um território influenciam, segundo Mateus (2000) os padrões de competitividade, mas o sucesso competitivo dependerá, da forma como nesse território, os agentes e as organizações, combinam e potenciam as condições de competitividade existentes gerando externalidades, desenvolvendo canais de envolvimento activo nos mercados e recriando a qualidade e a quantidade dos recursos estratégicos.

Delaplace (1993), com base em outros autores mais relevantes para esta problemática, identifica alguns factores cuja presença é mais estruturante e a que devem ser tidos em conta na análise da capacidade de atracção e competitiva de um dado território, tais como: as universidades; os centros de investigação; os recursos humanos qualificados; a oferta cultural e educativa; a base urbana diversificada; os serviços de consultoria e informação; o acesso a redes de telecomunicações; e a disponibilidade de capital de risco.

Uma economia competitiva deve, segundo Mateus (2000), caracterizar-se pelo seu nível elevado de eficácia e simultaneamente pela capacidade em criar emprego e melhorar, de forma sustentada, o nível médio da população. O desenvolvimento económico, prosperidade e satisfação dinâmica de necessidades e expectativas humanas e sociais,

encontra na melhoria da produtividade, no esforço da capacidade de gerar valor e riqueza a base imprescindível da sua sustentação.

Para Mateus (2000) a nova dimensão territorial das economias e das regiões, moldada pelo modelo competitivo de Porter (1990) mais exigente, complexo e global, traduz-se em dois planos fundamentais: (i) a crescente relevância da articulação entre o como e o que fazer para a construção de vantagens competitivas dinâmicas duradouras; (ii) a transformação da política económica, através da afirmação das novas políticas estruturais, centradas na busca da eficiência colectiva em mercados de concorrência aberta.

A capacidade competitiva está, necessariamente, associada ao nível de bem-estar dos habitantes do território, ou seja, às vantagens competitivas dinâmicas, onde a capacidade de criar valor depende da sua difusão para melhorar as condições de vida da população. A competitividade territorial pode ser analisada sobre uma óptica de resultado (Mateus, 2000), recorrendo a um dos indicadores que melhor traduza o nível de vida das regiões (o PIB *per capita*). Esse indicador pode ser ainda decomposto em duas componentes: (i) PIB por pessoa agregada e (ii) número total de pessoas empregadas relativamente à população residente (isto é a taxa de utilização dos recursos). Ou seja, para que uma região seja competitiva, deverá ter, tanto um nível relativamente elevado de produtividade como uma qualidade satisfatória de postos de trabalho ocupados. Pois, não basta produzir com eficiência, é necessário ser capaz de criar empregos que permitam mobilizar os recursos humanos disponíveis.

A competitividade constitui uma variável multidimensional resultante de processos económicos, sociais e políticos complexos, não podendo, por isso mesmo, ser retratada por indicadores simplificados ou parcelares (Lopes, 2001). Os indicadores devem ser suportados ou ancorados numa abordagem ou visão integradora susceptível de enquadrar o desempenho global das empresas, das regiões ou das economias, quer na sua estruturação interna, quer no seu relacionamento externo.

Assim, a análise quer quantitativa quer qualitativa de competitividade exige, portanto, o recurso a indicadores de síntese, susceptíveis de agregarem, adequadamente, os seus múltiplos e diversificados factores e determinantes, por um lado, e o tratamento da

avaliação do desempenho, susceptível de enquadrar as trajectórias dos diferentes agentes nos respectivos processos de competição, por outro.

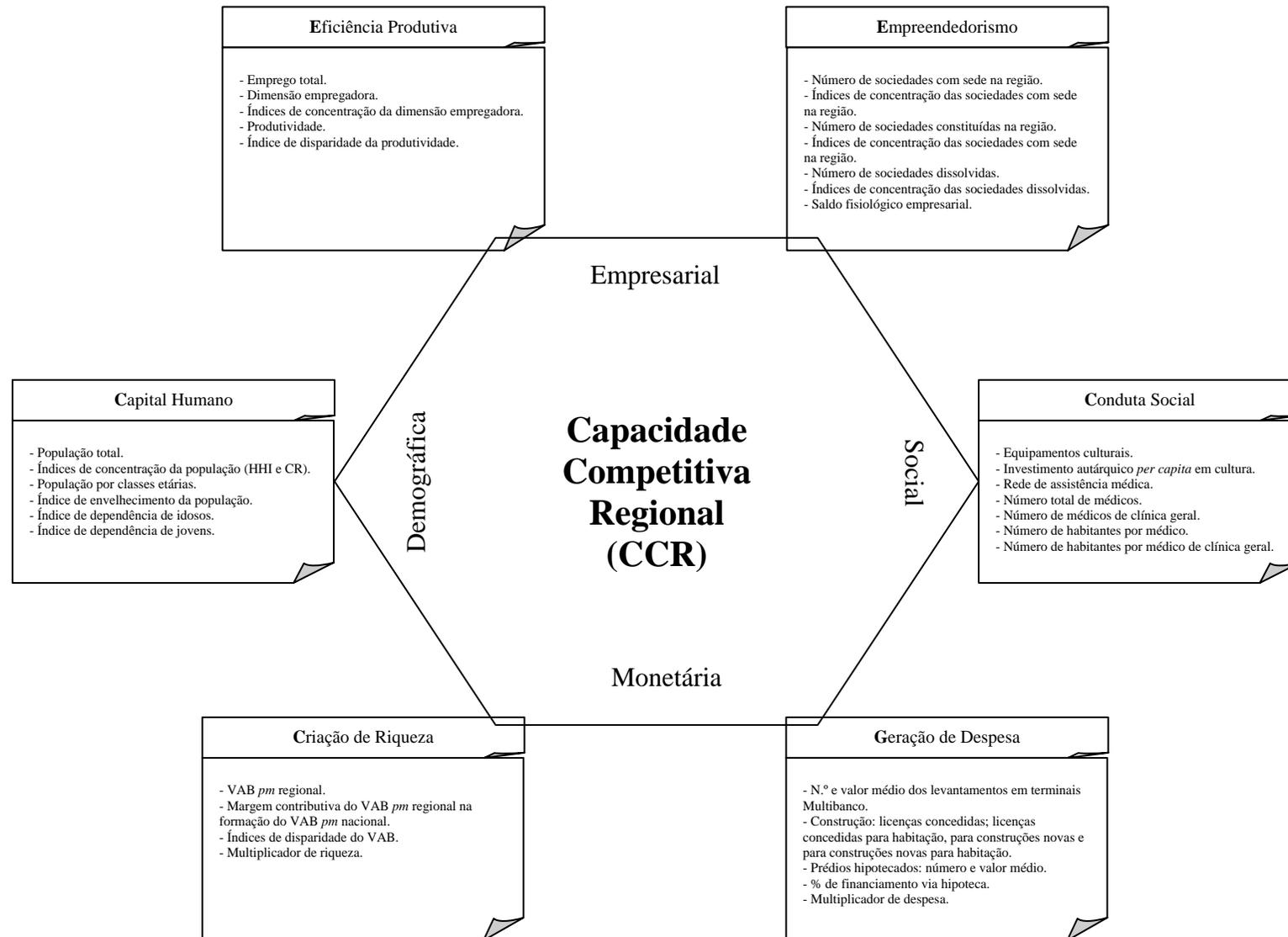
Neste contexto, a abordagem aqui adoptada implica, assim, a consideração do “território” entendido como conjunto espacialmente polarizado de pessoas, organizações, infra-estruturas, agentes económicos, sociais e políticos e instituições (Lopes, 2001).

Para Castells e Borja (2000) a competitividade de um território depende, basicamente, de seis factores: do funcionamento integrado do sistema urbano-regional; da inserção nos sistemas de informação e comunicação globais; da qualificação dos recursos humanos; do apoio estatal à criação de sinergias e processos de inovação; e da solidez institucional.

Na perspectiva de Cruz (2001) existem quatro factores que determinam a competitividade das empresas, organizações e dos territórios, que são os seguintes: em primeiro lugar, a dotação em infra-estruturas físicas, que introduzem economias externas; em segundo lugar, o grau de perifericidade do território, em relação aos grandes espaços centrais europeus; em terceiro, o nível de formação de base dos recursos humanos envolvidos no processo produtivo; finalmente, a capacidade de produzir inovação ou de utilizar a que é gerada por outros, integrando essa inovação na sua própria estrutura produtiva.

Dentro desta linha de investigação, o modelo agora apresentado visa avaliar a capacidade competitiva de uma região mediante quatro dimensões de análise: (1) Demográfica; (2) Social; (3) Monetária; e (4) Empresarial. A estas dimensões correspondem seis variáveis de análise agrupadas no hexágono da capacidade competitiva regional (ver figura 1).

Figura 1. - Hexágono da Capacidade Competitiva Regional (CCR)



3.1.1 Dimensão Demográfica

Numa economia em constante mudança, uma das chaves da competitividade resulta da combinação da flexibilidade com a adaptabilidade (Mateus, 2000). Na perspectiva deste autor, uma economia é flexível e adaptável se puder acumular e desenvolver rapidamente os recursos existentes na obtenção dos objectivos. Aprender depressa, em termos de pessoas e organizações, é crucial para a promoção da competitividade.

Na dimensão demográfica da unidade de análise, a variável capital humano assume particular importância, sendo que esta pode ser definida como o elenco de activos que a unidade espacial possui e que abrange diferentes elementos, tais como, o conhecimento, a imaginação, a criatividade, a percepção, a confiança, a persistência, a perseverança, a adaptabilidade, o empenho e a capacidade de iniciativa (Scouller, 2001).

A bateria de indicadores proposta para efeitos de medição da densidade desse mesmo capital assenta na recolha de dados secundários sobre a população total, bem como no cálculo de rácios de concentração que permitam operacionalizar formas de geosegmentação das diferentes sub-unidades populacionais da unidade espacial e das densidades populacionais correspondentes. Propõe-se ainda o cálculo de índices de envelhecimento da população e de dependência dos idosos e dos jovens.

3.1.2 Dimensão Social

Relativamente à dimensão social da unidade de análise, esta caracteriza-se pela conduta social da população, a qual pode ser determinada em função das condições básicas de acesso a serviços de saúde, assistência social e equipamentos culturais. Essas condições devem proporcionar o aumento do nível de vida das populações, bem como a edificação de novos mecanismos de criação de riqueza e geração de despesa.

Para este efeito, interessa, igualmente, recolher dados secundários, ao nível agregado, sobre os equipamentos culturais, a rede de assistência médica e o número de agentes envolvidos. Além disso, interessa mensurar o esforço de investimento das entidades autárquicas neste tipo de equipamentos, bem como os rácios de distribuição dos agentes de serviços de saúde pela população da unidade espacial.

3.1.3 Dimensão Monetária

No que concerne à dimensão monetária, esta abrange a capacidade da unidade espacial tanto para assegurar fluxos de criação de riqueza como fluxos de geração de despesa. O indicador básico para a medição da riqueza criada na unidade espacial é o Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (VABpm) regional. Neste sentido, torna-se também importante complementar a informação contida neste indicador básico, mediante o cálculo da margem contributiva do VAPpm regional na formação do VABpm nacional, bem como dos correspondentes índices de disparidade do VAB.

É ainda importante complementar a medição com o cálculo de multiplicadores de riqueza que permitam apurar o peso relativo das dotações orçamentais dos agentes institucionais e empresariais localizados na unidade espacial de referência, os quais servem de elementos catalizadores dos referidos fluxos de riqueza.

No plano da geração da despesa, é imprescindível construir indicadores que contemplem séries respeitantes ao número e valor médio dos levantamentos em terminais Multibanco, no sentido de aferir da dinâmica e do potencial de despesa em cada unidade espacial.

Adicionalmente, a vertente da despesa respeitante ao sector da construção, revelada pela evolução crescente, em termos históricos, do número de construções e dos financiamentos que asseguram a sua prossecução, constituem-se como uma importante componente da despesa regional, a qual deve ser contemplada no exercício de avaliação da capacidade competitiva regional.

3.1.4 Dimensão Empresarial

No que respeita à dimensão empresarial, esta comporta duas variáveis identificadoras que se cingem à determinação da eficiência produtiva e do empreendedorismo denotado pela unidade espacial de análise.

A eficiência produtiva deve ser caracterizada, fundamentalmente, pela dimensão empregadora da unidade espacial, acompanhada do cálculo de índices de concentração

da dimensão empregadora. A lógica da eficiência produtiva deve ser ainda consubstanciada no cálculo de medidas de produtividade, bem como de índices de disparidade tomando por referência o índice agregado de produtividade, ao nível nacional.

A variável respeitante ao empreendedorismo deve ser caracterizada mediante o levantamento do número de sociedades com sede na região, bem como o número correspondente às sociedades que são constituídas na mesma unidade espacial.

O saldo fisiológico empresarial obtido através da diferença entre o número de sociedades constituídas e o número de sociedades dissolvidas, serve também para aferir da capacidade de regenerar o tecido produtivo regional. Adicionalmente, interessa complementar a análise mediante o cálculo de índices de concentração, tanto das sociedades constituídas, como das sociedades dissolvidas, com o objectivo de mais facilmente geosegmentar a dispersão ou a concentração de pólos de competitividade, no âmbito regional.

4. Aplicação ao Caso da Região da Beira Interior

No presente item, os indicadores agrupados de acordo com as dimensões de análise delineadas no âmbito do esquema proposto para avaliação da capacidade competitiva regional, baseiam-se nos resultados obtidos no decurso dos trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito do OBSEREGIO.

A unidade espacial de análise diz respeito à Região da Beira Interior, a qual congrega cinco NUTS III: (1) Pinhal Interior Sul; (2) Serra da Estrela; (3) Beira Interior Norte; (4) Beira Interior Sul; (5) Cova da Beira.

As variáveis respeitantes a cada dimensão de análise foram recolhidas em fontes secundárias de informação, abrangendo o período compreendido entre 1991 e 2003. Para este efeito foram utilizados os Anuários Estatísticos da Região Centro, de 1993 a 2004, e a base de dados Sales Index da Marktest de 2005.

No cálculo dos indicadores incluídos nos multiplicadores de riqueza e de despesa foram utilizadas fontes primárias de informação, designadamente, inquéritos aplicados aos estudantes da Universidade da Beira Interior e à equipa de administração desta instituição de ensino superior.

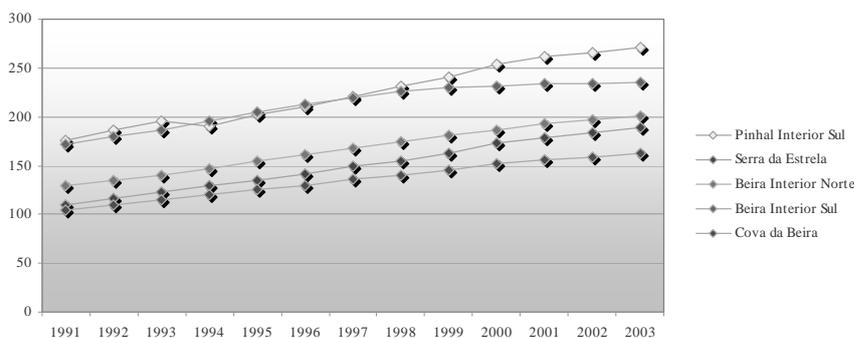
4.1. Dimensão Demográfica

Na região da Beira Interior, a determinação dos indicadores constituintes da variável Capital humano, permitiu apurar que o cenário agregado é de acelerado envelhecimento.

Em 2003, a unidade territorial do Pinhal Interior Sul apresentou o índice de envelhecimento da população mais elevado, sendo secundada pela Beira Interior Sul. Seguiram-se a Beira Interior Norte, cujo índice aumentou de 129,7, em 1991, para 201,1, em 2003, e a Serra da Estrela, registando um aumento do índice de 110,2, em 1991, para 188,5, em 2003. A Cova da Beira foi a NUT com menor índice de envelhecimento da população, não obstante ter evoluído de um valor igual a 105, em 1991, para 162,9, em 2003.

Os valores obtidos permitem retirar uma informação fundamental a reter na análise da Capacidade Competitiva Regional (CCR) da Beira Interior, ou seja, de que a população com mais de 64 anos é, aproximadamente, duas vezes superior à população pertencente à base desejável da pirâmide etária. Este facto consubstancia uma clara desvantagem competitiva, na medida em que a revitalização da base da pirâmide etária não tem sido assegurada, ao longo dos últimos 15 anos.

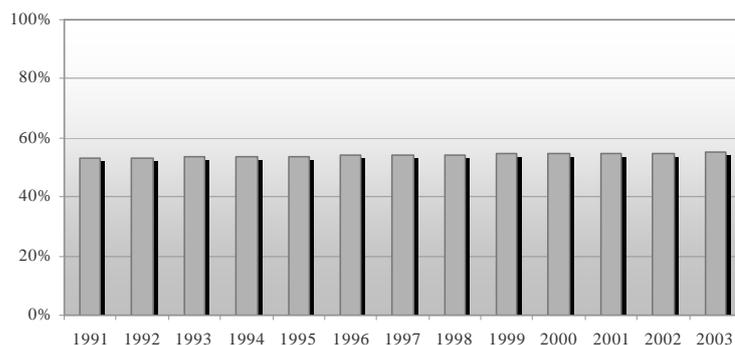
Gráfico 1 - Evolução do índice de envelhecimento Beira Interior por NUTS III



Fonte: Elaboração própria.

Pelo cálculo do índice de concentração CR2, constata-se uma concentração elevada nas duas unidades territoriais com maior valor absoluto de população: a Beira Interior Norte e a Cova da Beira, sendo que, a referida concentração variou entre um valor mínimo de 53,3% e um valor máximo de 55%, no período compreendido entre 1991 e 2003.

Gráfico 2 – Evolução do índice de concentração CR2 da população total da Beira Interior por NUTS III



Fonte: Elaboração própria.

As sub-regiões que apresentam uma maior concentração populacional coincidem com as áreas geográficas que apresentam melhores condições de vida e, sobretudo, que apresentam uma maior margem contributiva para a criação de riqueza, de base regional.

A acrescentar ao atrás apresentado, regista-se outro dado menos positivo e revelador do envelhecimento da população na Beira Interior, ou seja, o aumento da população com mais de 64 anos, que registou uma taxa de variação positiva igual a 8,9%, passando de 87.340 habitantes, em 1991, para 95.152 habitantes, em 2003, mais 7.812 habitantes.

Relativamente à amplitude de aumento dos índices de dependência de idosos nas cinco NUTS, o Pinhal Interior Sul apresenta com o aumento mais acentuado (4,3), seguido da Beira Interior Norte, da Serra da Estrela e da Cova da Beira, sendo que, para as três últimas, se registou um aumento idêntico (3,4) e, por fim, a Beira Interior Sul, na qual se observou um valor ligeiramente inferior (3,2).

Tabela 1 – Evolução do índice de dependência de idosos na Beira Interior por NUT III

	Pinhal Interior Sul	Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Beira Interior
1991	26,32	20,08	22,16	24,69	18,42	22,05
1992	26,92	20,35	22,47	25,23	18,73	22,43
1993	27,45	20,61	22,81	25,64	19,10	22,80
1994	26,60	21,01	23,22	26,19	19,42	23,05
1995	27,25	21,16	23,57	26,57	19,76	23,41
1996	27,61	21,34	23,89	26,91	20,03	23,70
1997	28,02	21,58	24,16	27,22	20,33	23,99
1998	28,39	21,72	24,38	27,58	20,58	24,25
1999	28,56	22,01	24,58	27,81	20,77	24,45
2000	30,34	23,40	25,01	27,70	21,28	25,06
2001	30,59	23,57	25,42	27,83	21,49	25,31
2002	30,65	23,55	25,45	27,85	21,62	25,35
2003	30,65	23,49	25,60	27,89	21,83	25,44
						Milhares de Euros
						Fonte: Elaboração própria

Na análise segmentada por NUTS III da Beira Interior, retém-se que o índice de dependência de jovens também registou uma tendência de diminuição entre 1991 e 2003, sendo que o maior decréscimo se observou na Serra da Estrela (-5,77).

Tabela 2 – Evolução do índice de dependência de jovens na Beira Interior por NUT III

	Pinhal Interior Sul	Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Beira Interior
1991	15,02	18,23	17,09	14,43	17,55	16,55
1992	14,49	17,41	16,61	14,05	16,99	16,02
1993	14,02	16,80	16,21	13,77	16,62	15,62
1994	13,97	16,21	15,80	13,38	16,18	15,22
1995	13,46	15,66	15,26	12,94	15,77	14,74
1996	13,10	15,05	14,78	12,66	15,41	14,33
1997	12,66	14,51	14,39	12,41	14,99	13,93
1998	12,27	14,04	13,99	12,20	14,63	13,58
1999	11,85	13,54	13,56	12,09	14,31	13,23
2000	11,93	13,53	13,46	11,95	13,98	13,11
2001	11,71	13,19	13,18	11,92	13,73	12,89
2002	11,55	12,84	12,95	11,90	13,58	12,72
2003	11,30	12,46	12,73	11,83	13,40	12,51
						Milhares de Euros
						Fonte: Elaboração própria

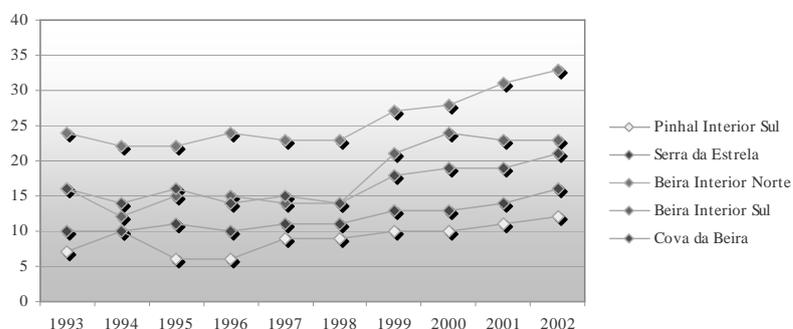
4.2. Dimensão Social

No plano das infra-estruturas destinadas a actividades culturais, a Beira Interior foi objecto de um aumento do número total de equipamentos culturais, onde se incluem as bibliotecas, os cinemas e os museus, que passaram de 73, em 1993, para 105, em 2002, o que consubstanciou uma taxa de variação positiva igual a 43,8%.

Ao nível das unidades territoriais que constituem a Beira Interior, constata-se que a Beira Interior Norte é aquela que está melhor apetrechada em matéria de equipamentos culturais, tendo registado um aumento de 24 equipamentos em 1993 para 33 equipamentos em 2002. Aliás o crescimento do número de equipamentos culturais nesta unidade territorial é notório, sendo fruto do aproveitamento de iniciativas nacionais e europeias destinadas à construção e à reconversão de estruturas de prestação e de transacção de bens de cultura, por parte da generalidade das autarquias locais.

A Beira Interior Sul assumiu na hierarquia referente à posse de equipamentos culturais o segundo lugar, apresentando 23 equipamentos, em 2002, face aos 16 registados em 1993. Em seguida, aparece a Serra da Estrela, a qual registou um aumento de 6 equipamentos culturais, passando de 10 equipamentos, em 1993, para 16 equipamentos, em 2002. As últimas posições são ocupadas pela Cova da Beira e pelo Pinhal Interior Sul, registando-se, no primeiro caso, um aumento igual a 5 equipamentos culturais, e no segundo caso, um aumento de 5 equipamentos para o mesmo período de referência.

Gráfico 3 – Evolução dos equipamentos culturais na Beira Interior por NUTS III



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

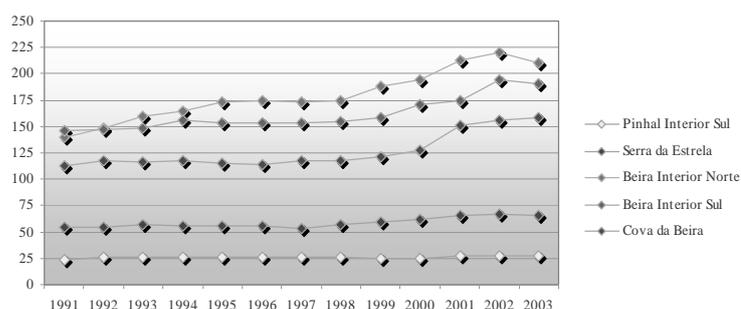
No plano dos investimentos em equipamentos culturais, as autarquias têm vindo a contribuir, de forma, crescente, para a disseminação deste tipo de equipamentos nas freguesias rurais dos principais concelhos da Beira Interior.

De facto, no período compreendido entre 1993 e 2002, registou-se um aumento das despesas das autarquias destinadas à cultura de 45 euros por habitante, evoluindo de uma despesa de 51 euros, em 1994, para 96 euros, em 2002, o que consubstanciou uma taxa de variação positiva igual a 86,4%. Quanto à despesa média por habitante das autarquias em cultura no período em análise, constata-se que na Beira Interior esse valor é de 69 euros por habitante.

No âmbito da assistência médica, é de realçar que, no período compreendido entre 1991 e 2003, o número total de médicos evoluiu de 477 médicos, em 1991, para 654 médicos, em 2003, ou seja, um diferencial de mais 177 médicos, traduzindo uma taxa de variação de 37,1%.

Nas diferentes unidades territoriais também se observou uma tendência de aumento do número de médicos no período em estudo, sendo de realçar a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul e a Cova da Beira, como sendo as unidades que mais contribuíram para o número total de médicos da Beira Interior. Em termos de acréscimo, na Beira Interior Norte o número de médicos aumentou de 140 médicos, em 1991, para 211 médicos, em 2003, isto é, mais 71 médicos. Já na Cova da Beira, o número de médicos evoluiu de 113 médicos, em 1992, para 159 médicos, em 2003, um diferencial de mais 46 médicos, e, com um aumento de 45 médicos, o número de médicos na Beira Interior Sul passou de 146 médios, em 1991, para 191 médicos, em 2003.

Gráfico 4 – Evolução do número total de médicos na Beira Interior por NUTS III

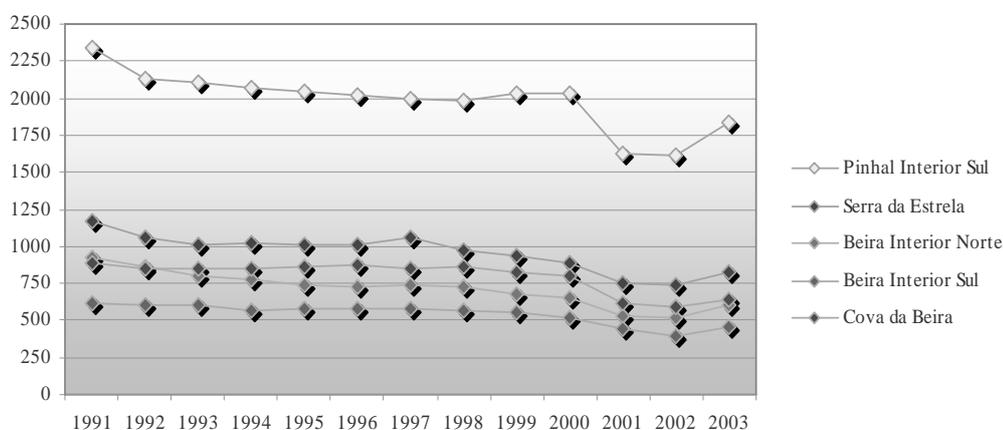


Fonte: Sales Índice 2005

Na Serra da Estrela e no Pinhal Interior Sul registaram-se aumentos mais moderados. No primeiro caso, o aumento do número de médicos foi de 12, passando de um valor de 54 médicos, em 1991, para 66 médicos, em 2003. Por seu turno, no segundo caso, a variação do número de médicos entre 1991 e 2003 foi de apenas mais 3 médicos, um total de 27 médicos registados em 2003, face aos 24 registados em 1991.

Em termos de hierarquia, no que refere à variação absoluta do número de habitantes por médico, o Pinhal Interior Sul assume a primeira posição devido à quebra mais acentuada, -508 habitantes por médico, evoluindo de um valor de 2.102 habitantes por médico, em 1991, para, 1.594 habitantes por médico, em 2003, o que traduz uma taxa de variação negativa igual a -24,2%. A Beira Interior Norte, ocupa o segundo lugar, apresentando um decréscimo do número de habitantes por médicos de -307, evoluindo de 844 habitantes por médico, em 1991, para 537 habitantes por médico, em 2003, o que corresponde a uma taxa de variação de -36,4%. Seguem-se a Serra da Estrela e a Cova da Beira, com reduções ao nível do número de habitantes por médico de -257 habitantes e de -240 habitantes, respectivamente. Na Serra da Estrela, o número de habitantes por médico passou de 998 habitantes, em 1991, para 741 habitantes, em 2003, o que fez uma taxa de variação negativa de -25,7%; ao passo que na Cova da Beira se observou uma evolução de 822 habitantes por médico, em 1991, para 582 habitantes por médico, em 2003, sendo representada por uma taxa de variação negativa de -29,2%.

Gráfico 5 – Evolução do número de habitantes por médico na Beira Interior por NUTS III



Fonte: Elaboração própria

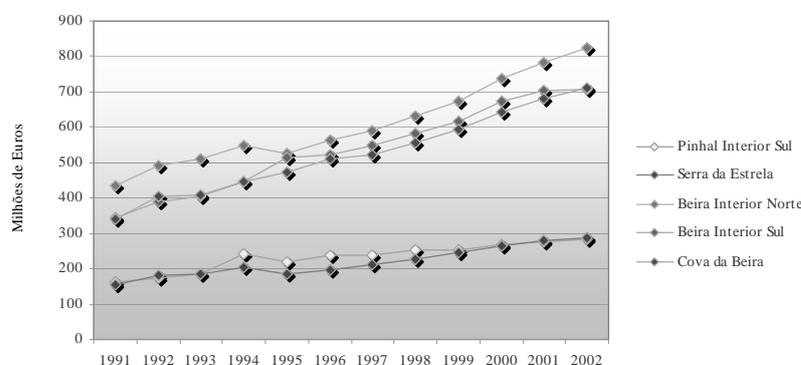
4.3. Dimensão Monetária

4.3.1. Criação de Riqueza

Da análise do VABpm das cinco NUTS III que constituem a região da Beira Interior, observou-se uma tendência de aumento, constatando-se que as unidades territoriais que mais contribuíram para o VABpm total da Beira Interior foram a Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul, seguidas da Cova da Beira, todas elas apresentando comportamentos idênticos ao longo do período entre 1991 e 2002.

Na Beira Interior Norte observou-se um acréscimo de 388 milhões de euros, resultante do aumento de 435 milhões de euros, em 1991, para 823 milhões de euros, em 2002. Por seu turno, na Cova da Beira, o aumento observado para o mesmo período foi ligeiramente inferior, cerca de 370 milhões de euros, sendo que o VABpm da Cova da Beira aumentou de 341 milhões de euros, em 1991, para 711 milhões, em 2002.

Gráfico 6 – Evolução do VABpm total da Beira Interior por NUTS III



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

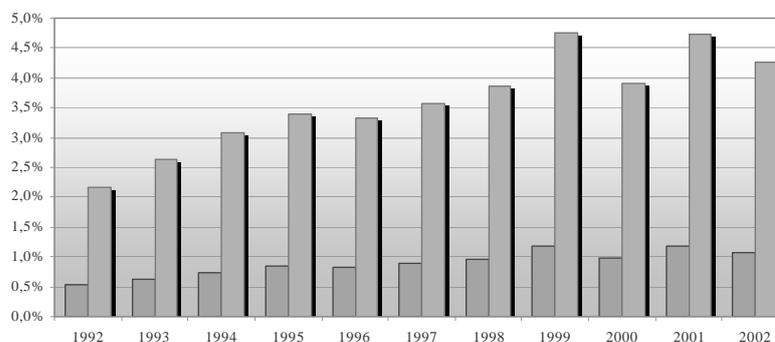
Já nas unidades territoriais da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul registaram-se valores menores. Assim sendo, na Serra da Estrela, o aumento do VABpm foi de 133 milhões de euros, evoluindo de um valor de 156 milhões de euros, em 1991, para 289 milhões de euros, em 2002. No Pinhal Interior Sul, o aumento observado no VABpm foi ainda menor, passando de 162 milhões de euros, em 1991, para 284 milhões de euros, em 2002, perfazendo numa diferença de 122 milhões de euros.

Apesar de a Beira Interior Norte ser a unidade territorial com maior importância, em termos de VABpm, a maior taxa de variação registou-se na Cova da Beira, com um valor positivo igual a 108,6%, seguida da Beira Interior Sul, com 106,1%, da Beira Interior Norte, com um valor de 89,2%, da Serra da Estrela, com 85,8% e do Pinhal Interior Sul, o qual apresentou uma taxa de variação positiva menor, 75%.

Para efeitos de cálculo do multiplicador de riqueza, considerou-se o rácio entre o montante do orçamento global da UBI e o PIBpm ao nível regional. Entre 1992 e 2002, ao nível da Beira Interior, este registou uma trajectória de aumento, passando de 0,53%, em 1992, para 1,08%, em 2002, o que em termos absolutos fez um aumento de 0,54%. É de destacar que, em termos médios, entre 1992 e 2002, o orçamento global da UBI se cifrou em 0,9% do PIBpm da Beira Interior.

Na Cova da Beira, a tendência foi, igualmente, de aumento, pelo que o peso do orçamento global da UBI no PIBpm da Cova da Beira evoluiu de 2,16%, em 1992, para 4,27%, em 2002. Em termos médios, no período em análise, o peso do Orçamento da UBI representou 3,6% do PIBpm da Cova da Beira.

Gráfico 7 – Evolução do multiplicador de riqueza da UBI na Beira Interior

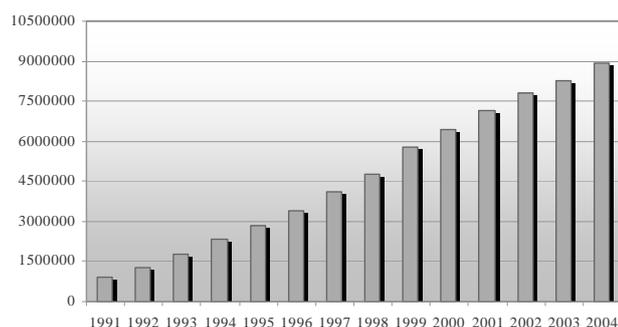


Fonte: Elaboração própria

4.3.2. Geração de Despesa

Entre 1991 e 2004, as transacções monetárias concretizadas por via de operações efectuadas em terminais multibanco localizadas no espaço geográfico respeitante às unidades territoriais que constituem a Beira Interior, foram caracterizadas por uma tendência de aumento.

Gráfico 8 – Evolução do número de levantamentos em terminais Multibanco na Beira Interior



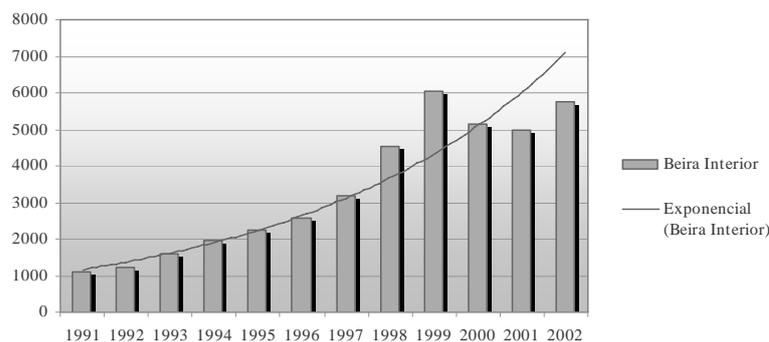
Fonte: Markttest 2005

Na Beira Interior, até final da década de 90, o mercado de construção foi caracterizado por um rejuvenescimento do parque habitacional, como resposta à procura de habitações por parte de algumas população flutuante respeitante ao público estudantil das instituições de ensino superior localizadas no conjunto das unidades territoriais pertencentes a esta faixa interior de Portugal Continental.

Tendo por referência o número médio de licenças de construção concedidas no período em análise, é possível apresentar um escalonamento, em termos de licenças concedidas, no que se destaca, em primeiro, a Beira Interior Norte com 948 licenças, seguida da Beira Interior Sul, com 592 licenças, da Cova da Beira, com 501 licenças, do Pinhal Interior Sul, com 487 licenças e por último da Serra da Estrela, com 442 licenças, o qual correspondeu ao menor número médio de licenças concedidas para o período em estudo.

No plano do sector imobiliário, mais concretamente no que concerne à evolução do número de prédios hipotecado na Beira Interior entre 1991 e 2002, verificou-se que a trajectória é de aumento, sendo de salientar o período entre 1991 e 1997, no qual o aumento apresentou uma tendência exponencial. Nos anos seguintes, o aumento do número de prédios hipotecados na Beira Interior apresentou quebras em 2000 e em 2001, retomando em 2002. É de salientar que, no período em estudo, em termos de variação absoluta, o número de prédios hipotecados na Beira Interior evoluiu de 1.097 prédios hipotecados, em 1991, para 5.763 prédios hipotecados, em 2002, isto é, mais 4.666 prédios hipotecados, o que em matéria de variação representa uma taxa de 425,3%. Adicionalmente, em matéria de valores médios, no período compreendido entre 1991 e 2002, registaram-se 3.362 prédios hipotecados na Beira Interior.

Gráfico 9 – Evolução do número de prédios hipotecados na Beira Interior

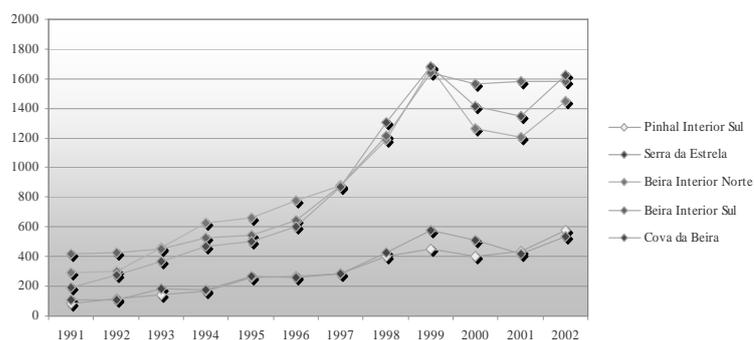


Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Ao nível das NUTS III que constituem a Beira Interior, registou-se, igualmente, uma trajectória crescente do número de prédios hipotecados, sendo de destacar as unidades territoriais da Beira Interior Sul, da Beira Interior Norte e da Cova da Beira, como aquelas que apresentam o número de prédios hipotecados mais elevado.

Na Beira Interior Sul, o número de prédios hipotecados registou uma evolução de 417 prédios hipotecados, em 1991, para 1.581 prédios hipotecados em 2002, mais 1.164 prédios hipotecados, o que perfaz uma taxa de variação positiva de 279,1%; seguindo-se a Cova da Beira que, no mesmo período, apresentou um aumento absoluto de 1.431 prédios hipotecados, passando de 193 prédios hipotecados, no primeiro ano, para 1.624 prédios hipotecados, no último ano, o que representou uma taxa de variação igual a 741,5%. Por seu turno, a Beira Interior Norte apresentou um aumento de 1.150 prédios hipotecados, passando de 295 prédios hipotecados, em 1991, para 1.445 prédios hipotecados em 2002, o que perfaz uma taxa de variação positiva igual a 389,8%. Note-se que, na Beira Interior Norte e na Cova da Beira se observou um decréscimo do número de prédios hipotecados em 2000 e 2001, retomando o aumento em 2002.

Gráfico 10 – Evolução do número de prédios hipotecados na Beira Interior por NUTS III

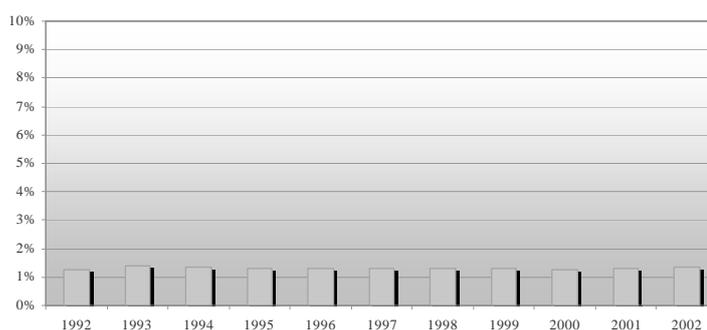


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O multiplicador da despesa corresponde ao somatório das despesas totais da UBI com alunos e com funcionários. A evolução deste multiplicador permite aferir do impacto económico da UBI na criação de riqueza, por parte da região de enquadramento. No período compreendido entre 1992 e 2004, observou-se um aumento, em termos absolutos, de 4.234.966 euros, o que fez uma taxa de variação de 11,23%. Considerando o mesmo período de referência, em termos de valor médio, o impacto económico da UBI cifrou-se em €40.601.097.

É de referir que, apesar desta tendência de aumento, registaram-se períodos em que a taxa de variação do impacto económico da UBI foi negativa, sendo de salientar os anos de 95 e de 97, em que a taxa de variação foi de -1,53% e -2,32%, respectivamente, bem como os anos de 2003 e de 2004, com taxas de variação iguais a -0,36% e -4,85%, respectivamente, sendo que 2004 foi o ano em que se registou a quebra mais acentuada. No que concerne ao peso do impacto económico da UBI no PIBpm da Beira Interior, registou-se uma evolução de 1,3%, em 1992, para 1,4%, em 2002, o que fez um ligeiro acréscimo de 0,1%. É de acrescentar que em termos médios, no período compreendido entre 1992 e 2002, o peso do impacto económico da UBI no PIBpm da Beira Interior foi de 1,3%.

Gráfico 11 – Evolução do peso do impacto económico da UBI no PIBpm da Beira Interior



Fonte: Elaboração própria

Entre 1992 e 2002, ao nível da unidade territorial da Cova da Beira, assistiu-se a um ligeiro crescimento, consubstanciado numa variação absoluta de 0,3%, passando de 5,1%, em 1992, para 5,4%, em 2002. Considerando o mesmo período de referência, é de salientar que o peso do impacto económico da UBI no PIBpm da Cova da Beira se cifrou, em termos médios, em 5,3%.

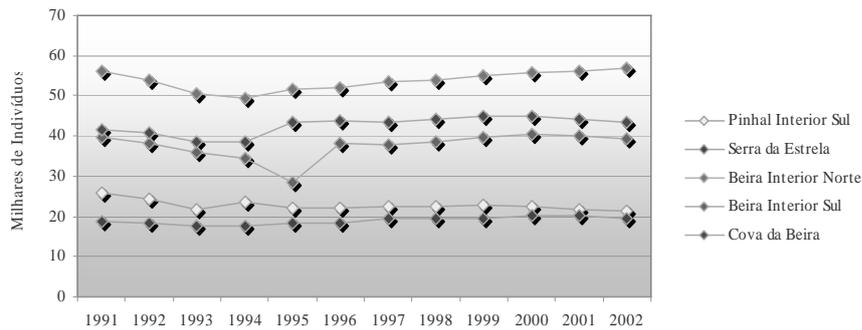
4.4. Dimensão Empresarial

4.4.1. Eficiência Produtiva

No plano da eficiência produtiva, atendendo à trajectória evolutiva do emprego na Beira Interior, no período compreendido entre 1991 e 2002, observou-se uma diminuição de 1,3 milhares de indivíduos, decrescendo de 181,9 milhares de indivíduos no primeiro ano para 180,6 milhares de indivíduos no último ano, o que representou uma taxa de variação negativa igual a -0,7%.

Relativamente à distribuição dos principais pólos de emprego, em termos das unidades territoriais, ao tomarem-se em linha de conta os valores médios de dimensão empregadora, constata-se que a Beira Interior Norte assume a liderança neste particular, sendo que, entre 1991 e 2002, esta proporciona emprego a 53,8 milhares de indivíduos empregados, sendo seguida da Cova da Beira, com 42,7 milhares, da Beira Interior Sul, com 37,6 milhares, do Pinhal Interior Sul, com 22,8 milhares e da Serra da Estrela, com 18,9 milhares de indivíduos.

Gráfico 12 – Evolução do emprego total Beira Interior por NUTS III

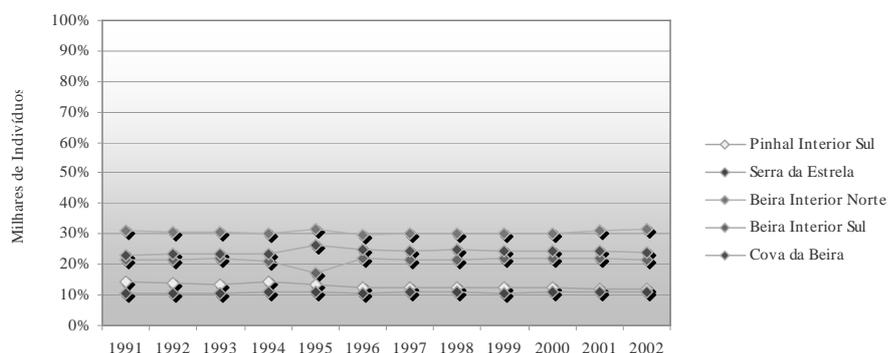


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Mantendo o período de referência, entre 1991 e 2002, da análise das taxas de variação respeitantes ao número de empregados, retém-se que as unidades do Pinhal Interior Sul e da Beira Interior Sul são aquelas que apresentam maiores taxas de variação com sinal negativo, cifrando-se em -16,7% e -0,5%, respectivamente. De entre as unidades territoriais que apresentam um comportamento contrário, são de destacar a Beira Interior Norte e a Cova da Beira, para as quais se registaram taxas de variação positivas. Na Cova da Beira observou-se um acréscimo de 4,6%, sendo resultante do aumento de 41,7 milhares de indivíduos, em 1991, para 43,6 milhares de indivíduos, em 2002, mais 1,9 milhares de indivíduos empregados. Por seu turno, para a Serra da Estrela registou-se a segunda taxa mais elevada, 3,7%, o que deu expressão ao aumento de 18,8 milhares de indivíduos para 19,5 milhares de indivíduos, isto é, um diferencial de mais 0,7 milhares de indivíduos. A Beira Interior Norte apresentou a menor taxa de variação positiva, com 1,1%, ou seja, um aumento de 0,6 milhares de indivíduos, sendo originado pelo aumento de 56,2 milhares de indivíduos, em 1991, para 56,8 milhares de indivíduos, em 2002.

Na análise desagregada, por NUTS III, da evolução da dimensão empregadora da Beira Interior, constata-se que, em termos médios, a Beira Interior Norte reuniu 30,6% da população empregada na Beira Interior, sendo seguida da Cova da Beira, com um valor médio igual a 24,3%, da Beira Interior Sul, com 21,4%, do Pinhal Interior Sul, com 13%, e da Serra da Estrela, com 10,8%.

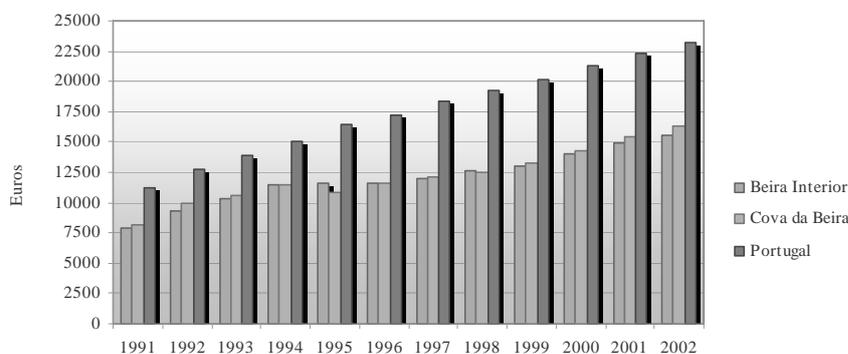
Gráfico 13 – Evolução da dimensão empregadora na Beira Interior por NUTS III



Fonte: Elaboração própria

Da análise da produtividade, retira-se que a tendência observada na Beira Interior foi de aumento, passando de 7.904 euros, em 1991, para 15.592 euros, em 2002, mais 7.688 euros, o que consubstanciou uma taxa de variação positiva de 97,3%. Por sua vez, na Cova da Beira, observou-se igualmente um aumento, evoluindo de um patamar de produtividade igual a 8.175 euros, em 1991, para um patamar superior de 16.307 euros, em 2002, perfazendo um aumento de 8.133 euros, o que correspondeu a uma taxa de variação positiva de 99,5%.

Gráfico 14 – Evolução comparativa da produtividade regional e nacional



Fonte: Elaboração própria

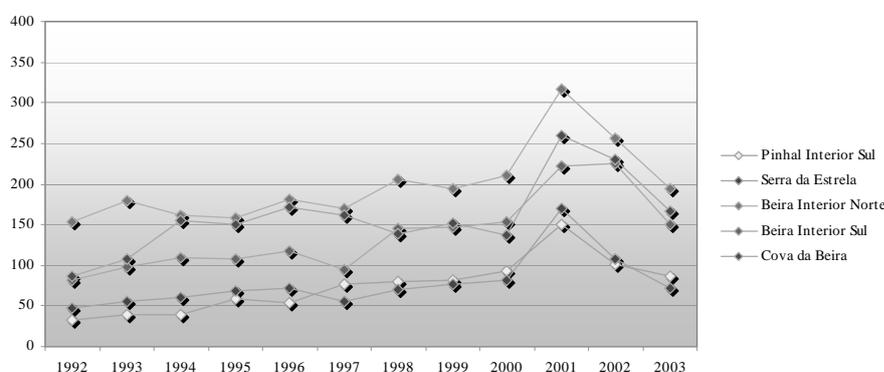
4.4.2. Empreendedorismo

No período entre 1992 e 2003, em termos da margem contributiva de cada uma das NUTS que constituem a Beira Interior para a constituição de novas sociedades a Beira Interior Norte é a líder em matéria de sociedades constituídas, sendo seguida da Cova da Beira, da Beira Interior Sul, da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul. Note-se que, a

diminuição acentuada do número de sociedades constituídas na Beira Interior, entre 2002 e 2003, foi originada, simultaneamente, pela diminuição observada ao nível das cinco NUTS acima referidas, as quais também registam uma diminuição acentuada nesses mesmos anos, após o pico alcançado em 2001.

Neste quadro a Cova da Beira destaca-se como sendo a unidade territorial onde o aumento de sociedades se cifrou em 81 sociedades. Já na Beira Interior Sul, regista-se a constituição de mais 68 sociedades, e no Pinhal Interior Sul o saldo ficou pela criação de mais 55 sociedades.

Gráfico 15 – Evolução do número de sociedades constituídas na Beira Interior por NUTS III



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Ao efectuar-se a determinação do saldo fisiológico empresarial na Beira Interior, constata-se que, no período em análise, o número de sociedades constituídas tem sido superior ao número de sociedades dissolvidas, daí que o saldo fisiológico apresente sempre valores positivos, passando de um valor igual a 382 sociedades, em 1992, para 512 sociedades, em 1998, perfazendo uma diferença de 130 sociedades, o que representa uma taxa de variação positiva igual a 34%. Além disso, constata-se que o saldo fisiológico do número de sociedades na Beira Interior registou valores crescentes entre 1992 e 1996, o que é revelador de que o diferencial entre o número de sociedades constituídas e o número de sociedades dissolvidas aumentou neste período; embora se tenha registado uma quebra em 1997, perfazendo uma taxa de variação negativa de -11,2%, retomando a tendência de aumento no ano seguinte.

5. Conclusões

Da aplicação do modelo proposto para a avaliação da capacidade competitiva regional ao caso da Beira Interior, regista-se em primeiro lugar que na dimensão humana o cenário agregado corresponde a um envelhecimento acentuado da população, facto que é agravado pelos movimentos imigratórios para os grandes centros urbanos nacionais.

Na realidade, é tempo oportuno para repensar as políticas de regulação com implicações directas ou indirectas, ao nível do desenvolvimento regional e, deste modo, criar, por um lado, infra-estruturas de acompanhamento e de assistência médica e social a este núcleo mais envelhecido e, por outro lado, bolsas de incentivos à fixação de casais jovens (reduções nos impostos) e à natalidade (atribuição de bolsas por nascimento e de isenções fiscais progressivas, por número de descendentes directos).

Na dimensão social, não obstante a melhoria observada nas redes de assistência média e de equipamentos culturais, promovidas pelos diferentes agentes institucionais, existe a necessidade latente de assegurar a continuidade de serviços básicos e de novas valências na área médica e de assistência social no sentido de proporcionar novas condições de desenvolvimento e de consumo que garantam o aumento do nível de vida das populações, bem como a dinamização de novos mecanismos para criação de riqueza e geração de despesa.

No que se refere à dimensão monetária, o cenário agregado consubstanciado no cálculo dos multiplicadores de riqueza e de despesa permite confirmar a importância da UBI como dínamo principal da competitividade regional.

Relativamente à dimensão empresarial, constata-se que, apesar do cenário recessivo que afectou gravemente as principais unidades produtivas das especializações sectoriais da unidade espacial em estudo, isto é, o têxtil e o agro-alimentar, a região apresentou uma capacidade competitiva reactiva expressa pela progressiva terciarização do tecido empresarial. Neste particular, destaca-se que a capacidade empreendedora dos empresários é facilmente avaliada por intermédio dos valores obtidos em termos do saldo fisiológico empresarial, os quais atingiram sempre valores positivos no período em análise.

Finalmente, em termos de investigação futura sugere-se a aplicação do modelo aqui proposto na avaliação comparativa da capacidade competitiva de diversas regiões, através do uso da bateria de indicadores proposta, na identificação de relações de causalidade entre as variáveis pertencentes às diferentes dimensões de análise mediante a aplicação de modelos autoregressivos com dados de painel.

Referências Bibliográficas

- Camagni, R. (2002). On the Concept of Territorial Competitiveness: Sound or Misleading? *Urban Studies*, 39 (13), 2395-2411.
- Castells, M. e Borges, J. (2000). Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Taurus, Madrid.
- Cohen, S., Teece, D., Zysman, L., Tysor, L. (1984). Competitiveness in global competition. The new reality, II, Working papers of the President's Commission on Industrial Competitiveness.
- Cruz, L. (2001). Políticas Públicas e Estratégias Empresariais, in *Novas Políticas para a Competitividade*, Fórum, Celta Editora.
- Delaplace, M. (1993). High tech et facteurs delocalisation: une revue de la literature, in *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, n.4.
- Dunford, M. (1994). Trajetórias Industriais e Relações Sociais. In Benko, G. e Lippietz, A. *As regiões ganhadoras*, Oeiras, Celta.
- Freire, S. (1999). A Vantagem Competitiva das Nações: Polémicas e Derivações, Matosinhos, Contemporânea.
- Instituto Nacional de Estatística (1993 a 2004), *Anuários estatísticos da Região Centro 1992-2003*, INE, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1991), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias – Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios 1981-1990*, INE, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias – Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios 1991-2000*, INE, Lisboa.
- Lira, I. (2005). Desarrollo Económico Local y Competitividad Territorial. *Revista de la Cepal*, 85, Abril.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*, Celta Editora, Oeiras.
- Lundvall, B. (1992). *National Systems of Innovation*, London, Pinter Publishers.

- Marktest (2005), Sales Index 2005, Base de Dados, Lisboa.
- Mateus, A. (2000). Pirâmide de Competitividade Territorial das Regiões Portuguesas, in *Estudos Regionais*, 2º Semestre.
- Melo, M., Gouveia, M e Duarte, T. (2002). Produtividade, Convergência e Competitividade. *Revista Economia & Prospectiva*, nº 21/22, Dezembro, GEPE.
- National Competitiveness Council (2004). Annual Competitiveness Report 2004.
- Obseregio (2006), *Impacto Económico das Universidades de Fronteira no Tecido Regional*, Relatório do Observatório Transfronteiriço de Avaliação do Impacto das Universidades no Tecido Regional (Obseregio), Universidade da Beira Interior, Abril de 2006, Covilhã.
- Parente, C; Veloso, L. e Pinto, C. (1999). Gestão dos Recursos Humanos, Dinâmicas Organizacionais e Competitividade Empresarial. Paper apresentado no IV Congresso Português de Sociologia.
- Porter, M. (1985). *Competitive Advantage – Creating and sustaining superior performance*, The Free Press, New York.
- Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*, MacMillan Press, Londres.
- Reis, J. (1988). Sistemas Produtivos Locais, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26.
- Rodrigues, M. (1991). *Competitividade e Recursos Humanos*. Lisboa, D. Quixote.
- Santos, V. (2001). *Novas Políticas para a Competitividade*, Fórum, Celta Editora.
- Scouller, J. (2001). Schumpeter Redux: The Economics of Business Performance, Working paper of the Department of Economics, Strathclyde University, Glasgow, Scotland.
- Teece, D., Pisano, G., e Shuen, A. (1997). Dynamic Capabilities and Strategic Management, *Strategic Management Journal*, 18 (7), 509-533.